

Ilustríssimo Pregoeira Oficial da **Prefeitura Municipal de Vitória - ES**

Referência: Edital de Pregão Presencial nº 0172/2022

CONTRARRRAZÕES RECURSAIS

EMEC OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 36.020.014/0001-14, devidamente qualificada no presente processo de licitação, neste ato identificada como **RECORRIDA** vem na forma da Legislação impetrar a devida **CONTRARRAZÃO ADMINISTRATIVA**, em face ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** impetrado pela empresa **CONSÓRCIO SA AMBIENTAL E LITUCERA** conforme passa a discorrer:

1 – Um resumo da narrativa do Recurso Administrativo: tentativa de prestigiar a proposta “desvantajosa” com base em argumentos infundados.

1.1 - Ilustre Pregoeira Oficial, o Recurso Administrativo contém fundamentos de natureza meramente formal, isto é, a Recorrente quer se apegar a supostos vícios de forma na documentação apresentada e na proposta vencedora para, com isso, emplacar sua pretensão que é absolutamente divorciada do interesse público.

1.2 – Nesse sentido, a narrativa da recorrente SA AMBIENTAL se alicerça nos seguintes argumentos: **(a)** que o balanço patrimonial da EMEC seria eivado de vícios; **(b)** que a proposta da EMEC conteria “jogo de planilha”; **(c)** que a proposta da EMEC conteria vícios.

1.3 – Passaremos a combater paulatinamente cada qual dessas alegações.

Razões para desprovimento do Recurso Administrativo:

2 – Do flagrante “erro de premissa” contido nos argumentos deduzidos no Recurso: a EMEC é a atual prestadora do serviço objeto do certame, e a composição de preços de sua proposta foi a mesma admitida pelo Município em 4 oportunidades (contratações emergenciais).

2.1 – Malgrado todo o esforço retórico que a Recorrente tenta promover como se a EMEC estivesse se louvando de falha em escrituração contábil ou “jogo de planilhas”, suas afirmações desmoronam como um “castelo de cartas” diante de observações simples, mas eloquentes: (1) a planilha da EMEC é a mesma que apresentara desde a primeira contratação emergencial que venceu; (2) a escrituração contábil da EMEC é regular, e tanto assim o é que ela vem recebendo suas faturas pelo Município, sempre passando pelo crivo da fiscalização do contrato.

2.2 – Em outras palavras: no que se refere ao ponto da planilha que restou impugnado (item relativo a caminhão pipa), a composição da planilha da EMEC tem a mesma conformação da planilha anteriormente apresentada quando sagrou-se vencedora dos certames emergenciais.

2.3 – Por conseguinte, deve-se imperar a segurança jurídica, isto é, se o Município reiteradamente aceitou o modelo de planilhar com essa conformação, seria contraditório que – com base em argumentos vazios – passasse a deixar de aceitar.

2.5 – Além disso, o critério do certame se baliza pelo MENOR PREÇO e, salvo se houvesse algum erro grave nas planilhas (alguma omissão sobre item de maior relevância na composição dos preços), a Recorrente não pode se apegar a filigranas para desprestigiar a proposta de menor valor QUANDO – CONFESSADAMENTE – NÃO APONTA QUALQUER “INEXEQUIBILIDADE” NA PROPOSTA.

2.6 – A “forma” pela qual a EMEC prestará o serviço resume-se à sua expertise e em total obediência ao Projeto Básico, garantindo a plena execução do contrato. **Logo, existem serviços em que a margem de ganho é maior, menor, ou inexistente, sendo que na realidade o que importa é: A PROPOSTA É DE MENOR VALOR, E ELA É EXEQUÍVEL.**

2.7 – Aliás, a leitura do recurso sugere as seguintes indagações:

- ✓ Tratando-se de licitação pautada no critério de MENOR PREÇO GLOBAL, seria crível a tese de que a proposta da EMEC estaria “errada” e a da Impugnante estaria “correta”, quando a diferença entre elas não é substancial em termos percentuais?
- ✓ Prosseguindo em desdobramento à pergunta anterior: sendo uma diferença INFERIOR A 1%, daria para acreditar que a EMEC fez “jogo de planilha” ou praticou algum “erro” e a Licitante não incidiu nessas condutas?
- ✓ Esses argumentos formais da Licitante são capazes de evitar uma economia de mais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) aos cofres públicos?

2.8 – A resposta a essas indagações é evidente: a Licitante impugna a proposta da EMEC de maneira subjetiva, divorciando-se do que realmente interessa (o Projeto Básico).

2.9 – Além disso, a expressão “JOGO DE PLANILHA” é DESCABIDA e INAPROPRIADA, pois ela é usada nos casos em que o Licitante, conhecedor das imperfeições do projeto básico, superdimensiona os valores de itens para os quais identifica que serão necessários acréscimos, por meio de futuro termo aditivo para viabilizar a conclusão da obra, locupletando-se em prejuízo da Administração.

2.10 - Ou seja: é expressão usada em caso de LICITAÇÕES DE OBRA, quando o Contratado provoca ACRÉSCIMO E DECRÉSCIMO durante o curso da execução do contrato, o que não é o caso pois aqui se trata de prestação de serviços contínuos, prestados com o mesmo “*modus operandi*”.

2.11 – Tratando-se de um CONTRATO DE ESCOPO previamente definido, o que importa é que o PREÇO reflita a real possibilidade de execução do serviço, até porque os ITENS SÃO MEDIDOS MENSALMENTE PELO ENTE CONTRATANTE.

2.12 – Ademais, caso houvesse algum ERRO FORMAL, seja ele na escrituração ou na proposta, seria PERFEITAMENTE SANÁVEL, senão vejamos:

2.13 – A legislação federal GERAL referente a PROCESSOS ADMINISTRATIVOS é clara ao dispor:

| |
|--|
| <p>Art. 55 da L. 9.784/99 - Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.</p> |
|--|

2.14 – Portanto, é de se verificar que TODOS OS ARGUMENTOS da Recorrente pecam por um “erro de premissa”, pois pretendem se apegar a suposta falha formal para superar o “conteúdo” de uma proposta MAIS VANTAJOSA e EXEQUÍVEL.

2.15 – Feita essa introdução, vamos tratar de cada ponto do recurso:

3 – Esclarecimentos em relação ao BALANÇO da EMEC:

3.1 – Diante os apontamentos realizados no RECURSO ADMINISTRATIVO que tem por único objetivo que a RECORRENTE obtenha uma vantagem indevida no certame, a RECORRIDA não vai se explicar e fundamentar cada apontamento, tendo em vista ser claramente uma tentativa de tumultuar o processo, porém de forma clara e objetiva vamos mostrar o que o Edital de Licitação exige e o pleno atendimento pela RECORRIDA.

3.2 – Em resposta aos apontamentos que o BALANÇO apresentado pela RECORRIDA não está registrado na Junta Comercial, destacamos o que diz o Edital de Licitação:

10.3.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.5.1. Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados

os seguintes documentos:

II. CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo ao último exercício exigível, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

- a) Termo de Abertura;
- b) Termo de Encerramento;
- c) Balanço Patrimonial;

d) Demonstração de Resultado do Exercício;

3.3 – A RECORRIDA apresentou seu balanço comercial na forma da legislação vigente, ou seja, o balanço devidamente enviado por SPEED/FISCAL, sendo sua atencição impressa no TERMO DE ABERTURA / TERMO DE ENCERRAMENTO e RECIBO DE ENTREGA.

3.4 – Diante o exposto não existe a necessidade de registrar o balanço na Junta Comercial do Estado do Espirito Santo, tendo em vista o mesmo cumprir a normas vigentes para ser enviado de forma digital.

3.5 – Assim na presente data os balanços comerciais que atendem o SPED Contábil cumprem norma em vigor desde 22 de janeiro de 2007 por meio do Decreto 6.022 da RFB.

3.6 – O SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) revoluciona a forma de envio de informações fiscais ao banco de dados da Receita Federal do Brasil, de acordo com o Decreto 6.022, a definição exata de SPED é:

(...) instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

3.7 – O sistema SPED é considerado um dos mais modernos sistemas de “autofiscalização” e informações federais do mundo, seja para as informações Federais, Estaduais ou Municipais.

3.8 – Desatarte informar que o balanço apresentado pela RECORRENTE é válido, na forma da legislação vigente, sendo descartado todo e qualquer apontamento da RECORRENTE, frente a legalidade do balanço apresentado.

4 – Quanto à proposta de preço (suposto “jogo de planilha” ou vício na planilha):

4.1 – Sustenta a recorrente que a proposta comercial da EMEC padeceria de *“gravíssimas irregularidades que inequivocadamente convergirão para a proposta seja desclassificada”*.

4.2 – Então, a recorrente passa a “pincelar” itens da proposta comercial, escolhendo-os conforme sua conveniência, no afã de emplacar sua imaginosa argumentação de que a proposta conteria descontos que tornariam a natureza de avaliação modificada.

4.3 – Entretanto, em termos de quantitativo e preço unitário, a proposta da EMEC está perfeitamente adequada com o Projeto Básico. Ademais, a COMPOSIÇÃO DO PREÇO deve ser vista numa perspectiva MACRO, sempre adotando o Projeto Básico como um todo. Não se pode pegar um único elemento da planilha (caminhão pipa) para tentar fazer falecer todo o conceito econômico da proposta.

4.4 – Para que essas questões fiquem claras, pedimos vênias para transcrever excertos da planilha apresentada na proposta da EMEC, comparados com trechos do projeto básico:

✓ Planilha Resumo:

| | | | |
|----------|---|----------------------|--------|
| 5 | Irrigação | | |
| 5.1 | Diurna | | |
| 5.1.1 | Irrigação - Período Diurno | carropipa x dia util | 370,98 |
| 5.1.2 | Irrigação - Período Diurno - Hora extra com 100% | hora extra | 40,00 |
| 5.1.3 | Irrigação - Período Diurno - Equipe a disposição | carropipa x dia | 32,26 |
| 5.2 | Noturna | | |
| 5.2.1 | Irrigação - Período Noturno | carropipa x dia util | 370,98 |
| 5.2.2 | Irrigação - Período Noturno - Hora extra com 100% | hora extra | 40,00 |
| 5.2.3 | Irrigação - Período Noturno - Equipe a disposição | carropipa x dia | 32,26 |

✓ Planilha de Composição Equipamentos:

2. EQUIPAMENTOS

2.1. CAMINHÃO PIPA 8.000 L

2.1.1. COMBUSTÍVEL

| | |
|-------------------------|--------|
| QUANT.KM/MÊS = | 24.194 |
| QUANT.CAMINHÕES= | 16 |

✓ Projeto Básico:

23.5.5.2 Veículos e equipamentos mínimos para realização dos serviços:
a) 16 (dezesesseis) caminhões pipas com a seguinte especificação:

✓ Planilha de Composição Mão de Obra:

1.2. CUSTO DE MÃO-DE-OBRA DIRETA

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|---------------------|------------|
| Ajudante | 16 |
| Motorista | 16 |
| Supervisor | 1 |
| Engenheiro Agrônomo | 0.50 |

✓ Projeto Básico

23.5.5 Para a execução do serviço de irrigação a Licitante deverá considerar em sua proposta os seguintes recursos para ter os carros-pipa em operação:

23.5.5.1 Mão-de-obra mínima a ser considerada para manter os **16 (dezesesseis)** carros-pipa em operação, que trabalharão nos 02 (dois) turnos:

- a) 16 (dezesesseis) motoristas no turno diurno, sendo um por equipe;
- b) 16 (dezesesseis) motoristas no turno noturno, sendo um por equipe;

56

- c) 16 (dezesesseis) ajudantes de pipa no turno diurno, sendo um ajudante por equipe;
- e
- d) 16 (dezesesseis) ajudantes de pipa no turno noturno, sendo um ajudante por equipe.

4.5 – Portanto, insta repetir: a análise da proposta da EMEC teve como paradigma o PROJETO BÁSICO confeccionado pelo Município. Não havendo divergência entre ambos, não há que se cogitar de irregularidade na planilha.

4.6 – Diante o exposto apesar de todos os apontamentos apresentados pela empresa RECORRENTE, não existe qualquer ilegalidade praticada, ou mesmo jogo de planilha apresentado.

4.7 – O que estamos assistindo em toda a peça é a busca exautiva pela tentativa de tumultuar o processo de licitação pelo simples fato da RECORRENTE não ser a vencedora do certame.

4.8 – Oportuno repetir que a RECORRIDA é a atual fornecedora dos serviços, conhece a metodologia do seu desenvolvimento, dispõe hoje de todos os equipamentos, recursos técnicos e mão-de-obra para sua execução, não tendo anotado em seu prontuário nada que desabone sua conduta técnica, financeira e operacional.

5 – Requerimentos:

POR TODO O EXPOSTO, requer:

- a) Seja recebida e processada a presente manifestação, por tempestiva;
- b) Seja indeferido o **RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentado pela RECORRENTE, sendo mantida a RECORRIDA como a vencedora do certame, prosseguindo o processo em sua fase de adjudicação, homologação e contratação.